

20 de dezembro de 2016

Anuários Estatísticos Regionais

2015

Anuários Estatísticos Regionais – Informação estatística à escala regional e municipal

O INE divulga os Anuários Estatísticos Regionais, que constituem a publicação de referência na disponibilização de informação estatística à escala regional e municipal, de apoio à leitura de trajetórias regionais de desenvolvimento e ao estudo de problemáticas de base territorial.

Os temas alvo de análise neste destaque permitem salientar as seguintes assimetrias territoriais:

- **Na População**, num contexto de ligeiro abrandamento da diminuição da população residente no país, verificou-se um aumento do número de municípios com crescimento efetivo da população (21 em 2014 e 46 em 2015) e um acentuar do envelhecimento da população em todas as NUTS III verificando-se também, entre 2014 e 2015, uma maior assimetria entre o índice de envelhecimento da população residente em áreas urbanas e áreas rurais;
- **Na Saúde**, verifica-se um comportamento diferenciado entre a população residente com 15 ou mais anos em áreas urbanas e rurais relativamente ao consumo diário de álcool e tabaco, sendo o consumo de álcool mais elevado nas áreas rurais e o consumo de tabaco mais elevado nas áreas urbanas;
- **No Comércio Internacional**, num quadro de crescimento do valor das exportações, entre 2014 e 2015, em todas as regiões NUTS II (com exceção da Área Metropolitana de Lisboa e da Região Autónoma da Madeira), verifica-se um aumento da taxa de cobertura das importações pelas exportações no país, mantendo-se acima de 100% em 18 das 25 sub-regiões, entre as quais se destacam as sub-regiões Alto Minho, Terras de Trás-os-Montes, Região de Coimbra, Viseu Dão Lafões e Médio Tejo por reforçarem o valor das exportações face ao das importações.

A título ilustrativo, apresenta-se um quadro do subcapítulo *População*.

INDICADORES DE POPULAÇÃO SEGUNDO A TIPOLOGIA DE ÁREAS URBANAS, POR NUTS III, 2015

POPULATION INDICATORS ACCORDING TO THE CLASSIFICATION OF URBAN AREAS, BY NUTS III, 2015

II.1.2	Taxa bruta de natalidade			Taxa bruta de mortalidade			Proporção da população residente com 65 ou mais anos de idade			Índice de Envelhecimento			Relação de masculinidade		
	APU	AMU	APR	APU	AMU	APR	APU	AMU	APR	APU	AMU	APR	APU	AMU	APR
	‰						%			N.º					
Portugal	9,0	6,9	5,4	9,4	11,4	15,2	19,2	20,9	28,9	128,6	158,1	272,8	89,3	92,5	92,2
Continente	9,1	6,8	5,3	9,5	11,5	15,5	19,5	21,3	29,7	130,6	163,1	288,0	89,2	92,4	92,0
Norte	8,2	6,6	4,6	8,5	9,9	14,5	17,6	18,8	29,6	124,3	141,7	300,6	89,8	92,2	90,7
Alto Minho	7,7	6,1	5,0	10,9	12,2	15,1	20,2	23,6	32,8	151,7	198,2	342,3	87,8	87,8	82,4
Cávado	8,7	6,5	4,6	6,9	8,3	14,4	14,9	17,3	25,8	98,8	125,9	231,0	90,0	93,0	92,6
Ave	7,9	6,9	5,7	7,4	8,5	12,3	15,7	16,0	23,7	111,9	117,9	208,1	92,2	92,8	90,5
A. M. Porto	8,2	6,6	6,2	8,8	8,7	10,4	18,8	18,3	21,1	134,5	140,1	171,5	89,0	93,4	93,3
Alto Tâmega	7,2	5,7	3,4	9,6	15,3	15,8	21,1	27,6	34,5	165,9	256,6	426,7	88,5	90,2	91,3
(...)															

‰			%			No.								
PUA	MUA	PRA	PUA	MUA	PRA	PUA	MUA	PRA	PUA	MUA	PRA	PUA	MUA	PRA
Crude birth rate			Crude death rate			Proportion of resident population with 65 or more years old			Ageing ratio			Sex ratio		

Apresenta-se em seguida uma breve análise de alguma da informação disponibilizada nos seguintes subcapítulos: Território, População, Saúde, Comércio Internacional, Ciência e Tecnologia, Administração Regional e Local e Participação Política.

TERRITÓRIO

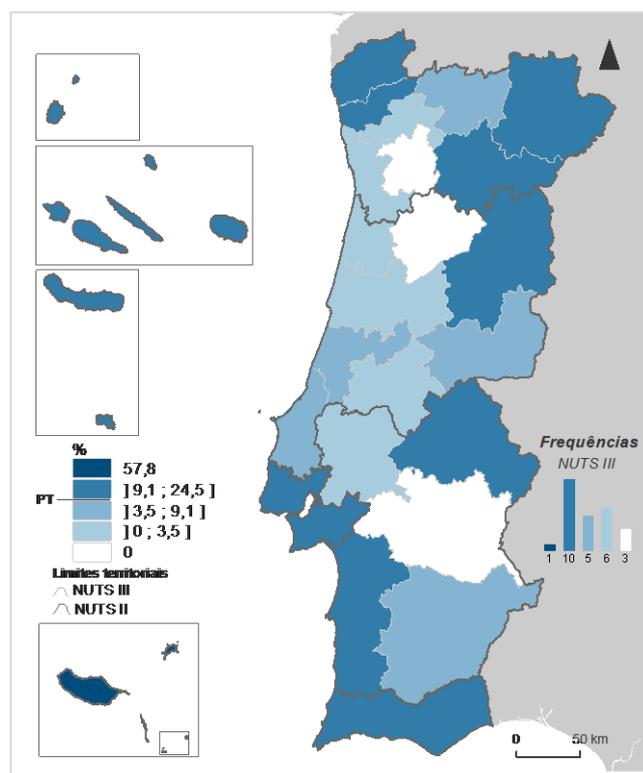
Em 2015, 9,1% do território nacional estava inserido na Rede Nacional de Áreas Protegidas, o que correspondia a 837 220 hectares. Por NUTS I, as áreas protegidas abrangiam cerca de 8,2% do território do Continente, 24,1% da Região Autónoma dos Açores e 57,8% da Região Autónoma da Madeira.

No Continente as áreas protegidas compreendiam parques naturais (78,8% do total de áreas protegidas), um parque nacional (Peneda-Gerês, na região Norte), reservas naturais, paisagens protegidas e sete monumentos naturais. Na Região Autónoma dos Açores, as áreas protegidas dividiam-se em reservas naturais, paisagens protegidas (47,5% do total de áreas protegidas da região), monumentos naturais, áreas protegidas para gestão de *habitats* ou espécies (33,5% do total de áreas protegidas da região) e áreas protegidas de gestão de recursos. O Parque Natural da Madeira concentrava 95,9% das áreas protegidas da Região Autónoma da Madeira.

No que respeita à proporção de superfície afeta à Rede Nacional de Áreas Protegidas por sub-regiões destacava-se a Região Autónoma da Madeira (57,8%) e ainda a NUTS III Terras de Trás-os-Montes (24,4%), a Região Autónoma dos Açores (24,1%) e a sub-região Beiras e Serra da Estrela (19,0%). Por outro lado, três das 25 NUTS III do país não estavam inseridas em nenhuma categoria da Rede Nacional de Áreas Protegidas: Tâmega e Sousa, Viseu Dão Lafões e Alentejo Central.

Importa salientar que os municípios de Manteigas e Marvão eram, em 2015, os únicos municípios em que a totalidade do território era abrangida pela Rede Nacional de Áreas Protegidas: Parque Natural da Serra da Estrela e Parque Natural da Serra de São Mamede, respetivamente.

Proporção de superfície afeta à Rede Nacional de Áreas Protegidas, por NUTS III, 2015

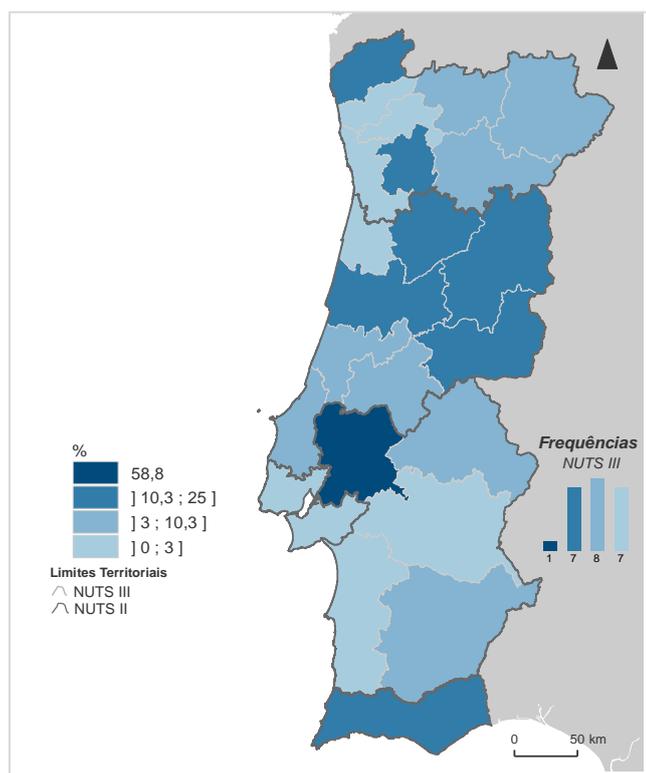


Em 2015, a superfície das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) ocupava 913 378 hectares o que representava 10,3% da superfície do Continente. As regiões Algarve (14,0%) e Centro (12,6%) registaram as maiores proporções de território em ZIF, mas as NUTS II Centro e Alentejo apresentaram a maior extensão de superfície com 355 874 e 333 528 hectares, respetivamente. A Área Metropolitana de Lisboa era a região com menor proporção de território com ZIF (2,5%).

Em 2015, oito das 23 NUTS III do Continente apresentavam uma proporção de área afeta a ZIF superior à média do Continente, destacando-se a sub-região Lezíria do Tejo com 58,8% da sua superfície classificada em ZIF.

Os municípios Carregal do Sal (99,4%), Tábua (98,5%) e Coruche (97,9%) apresentaram a maior proporção de superfície afeta a ZIF, sendo que Coruche era o que apresentava maior extensão (109 230 hectares). Em 2015, 133 dos 278 municípios do Continente não estavam abrangidos por ZIF.

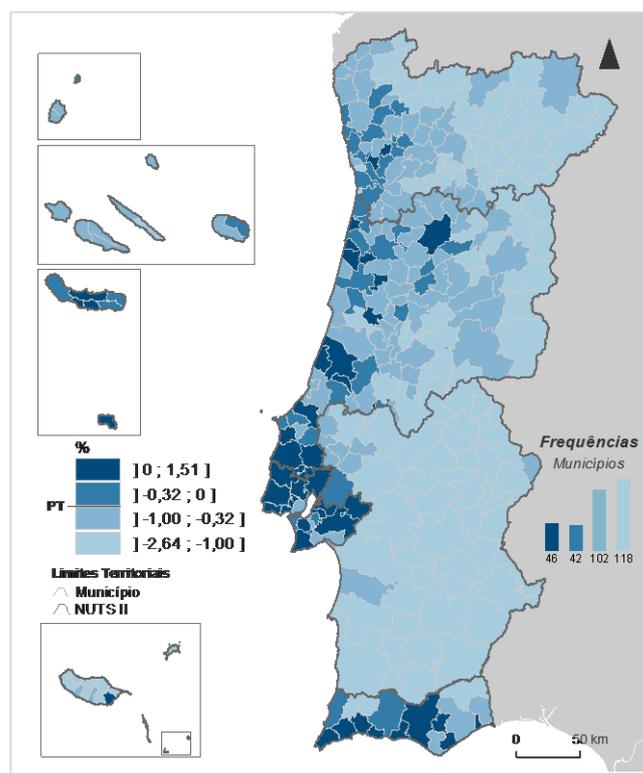
Proporção de superfície afeta às Zonas de Intervenção Florestal, por NUTS III, 2015



manteve a tendência negativa de crescimento populacional que se registou, em Portugal, desde 2010: -0,01% em 2010, -0,29% em 2011, -0,52% em 2012, -0,57% em 2013 e -0,50% em 2014.

Entre 2014 e 2015, a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve foram as únicas regiões NUTS II onde a população aumentou: 0,12% e 0,10%, respetivamente. Por outro lado, o Alentejo e a Região Autónoma da Madeira foram as regiões com maior decréscimo populacional, com taxas de crescimento efetivo de -1,23% e -0,88%, respetivamente.

Taxa de crescimento efetivo da população residente, por município, 2014/2015



POPULAÇÃO

A população residente em Portugal, em 31 de dezembro de 2015, foi estimada em 10 341 330 habitantes, o que significou uma diminuição de -0,32% face ao valor estimado para o ano anterior. Esta diminuição revelou um ligeiro abrandamento da diminuição ocorrida nos três anos anteriores, mas

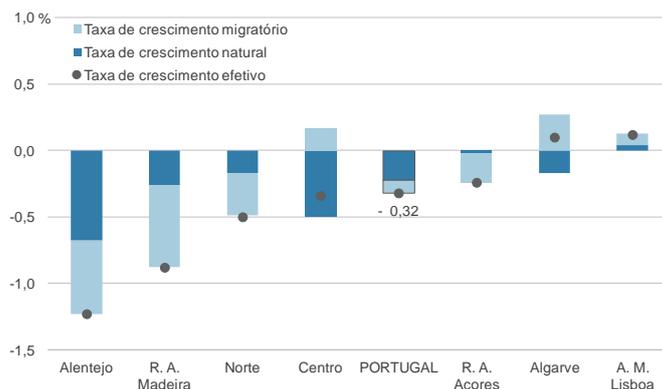
Em 46 dos 308 municípios do país foi estimado um crescimento populacional (apenas 21 em 2014), tratando-se, nomeadamente, de municípios localizados na região Centro (17), na Área Metropolitana de Lisboa (13) e na região Algarve (9) e, de uma forma geral, com incidência maior na faixa litoral do Continente.

O decréscimo da população residente em Portugal, em 2015, decorreu de taxas de crescimento negativas quer na componente natural (que reflete o saldo entre o número de nados-vivos e o número de óbitos), quer na componente migratória (que abrange migrações internas e internacionais), tendo o saldo natural tido um contributo maior (taxa de crescimento natural de -0,22%) do que o saldo migratório (-0,10%).

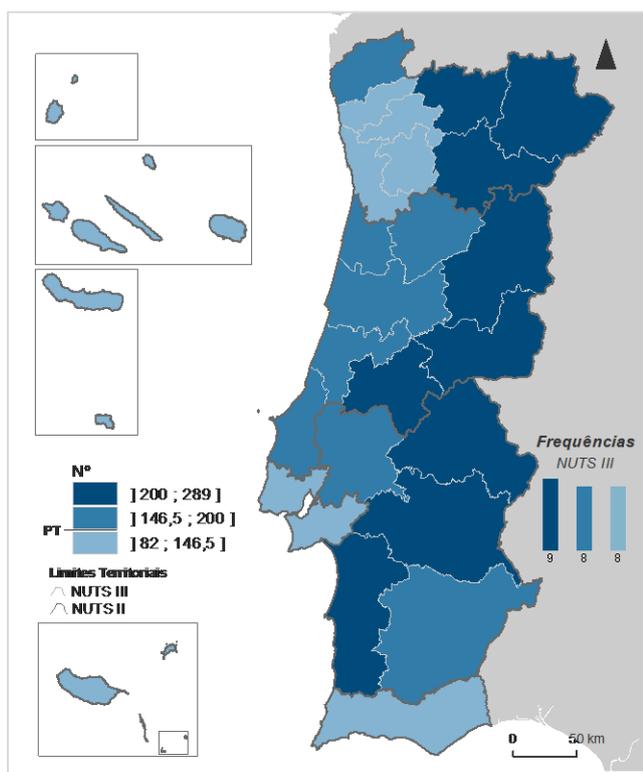
A importância do saldo natural para a variação negativa do efetivo populacional foi particularmente evidente nas regiões Alentejo (-0,68%) e Centro (-0,50%), por comparação com a região Norte e com as duas regiões autónomas, cujos saldos migratórios negativos (-0,32% no Norte, -0,62% na Madeira e -0,22% nos Açores) superaram os respetivos decréscimos naturais. Nas

duas regiões que registaram aumento populacional efetivo (Área Metropolitana de Lisboa e Algarve), os maiores ganhos resultaram da componente migratória (0,09% e 0,27%, respetivamente).

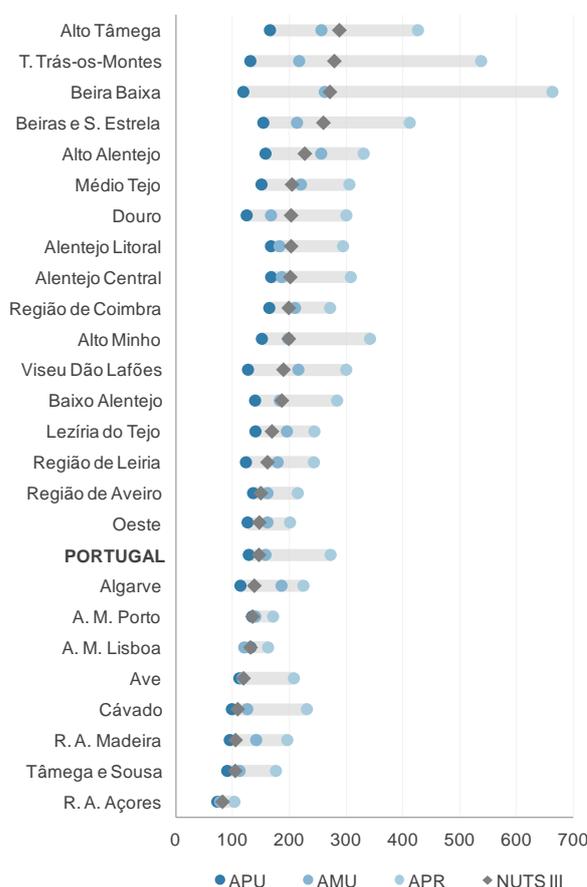
Taxa de crescimento da população residente e suas componentes, Portugal e NUTS II, 2014/2015



Índice de envelhecimento por NUTS III, 2015



Índice de envelhecimento segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal e NUTS III, 2015



Em Portugal, o índice de envelhecimento da população, medido pelo rácio entre população idosa (65 ou mais anos) e população jovem (0-14 anos), registou um valor de 146,5 em 2015, maior do que no ano anterior (141,3).

A análise do índice por sub-regiões NUTS III permite constatar que o envelhecimento é mais saliente no Interior do Continente, com particular destaque para algumas NUTS III (Alto Tâmega, Terras de Trás-os-Montes, Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela), sub-regiões em que o número de idosos por 100 jovens era superior a 250. Entre 2014 e 2015, todas as NUTS III do país registaram um aumento do índice de envelhecimento.

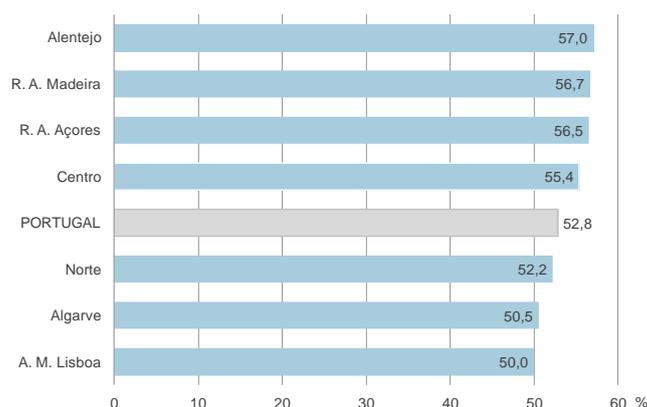
A diferenciação do índice de envelhecimento demográfico segundo a Tipologia de áreas urbanas para fins estatísticos (TIPAU¹) revela um envelhecimento da população em Portugal mais expressivo nas áreas predominantemente rurais (272,8) do que nas áreas predominantemente urbanas (128,6). Esta maior incidência do envelhecimento nas áreas predominantemente rurais ocorre em todas as NUTS III do país e, de forma mais visível, naquelas que se mostram globalmente mais envelhecidas. Entre 2014 e 2015 registou-se um agravamento da assimetria do envelhecimento entre áreas predominantemente urbanas e áreas predominantemente rurais nas 25 NUTS III do país. Em 2015, a assimetria do envelhecimento entre territórios urbanos e rurais era especialmente saliente nas três sub-regiões mais envelhecidas: Alto Tâmega (165,9 vs. 426,7), Terras de

Trás-os-Montes (131,4 vs. 538,0) e Beira Baixa (119,0 vs. 663,7).

SAÚDE

De acordo com os resultados do Inquérito Nacional de Saúde 2014, mais de metade da população residente com 18 ou mais anos referiu ter um Índice de Massa Corporal (IMC) correspondente a excesso de peso ou obesidade (52,8%, 4,5 milhões), ou seja, um IMC igual ou superior a 25 kg/m². Esta proporção superava o valor médio do país na região do Alentejo (57,0%), na Região Autónoma dos Açores (56,7%) e dos Açores (56,5%) e no Centro (55,4%).

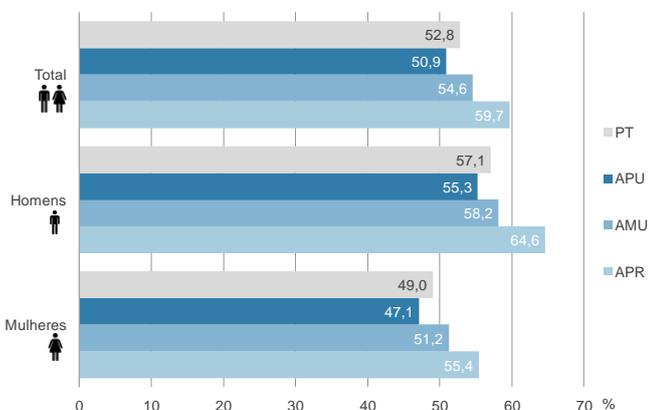
Proporção da população residente com 18 ou mais anos com excesso de peso ou obesidade, Portugal e NUTS II, 2014



Em 2014, a proporção de população com 18 ou mais anos com excesso de peso ou obesidade, segundo a densidade de urbanização dos territórios, era mais elevada nas áreas predominantemente rurais, tanto no caso da população masculina (64,6%), como feminina (55,4%). Por outro lado, e tendo em conta a segmentação por tipo de área urbana e sexo, os valores mais baixos neste indicador registaram-se nas áreas predominantemente urbanas, em particular no caso da população feminina (47,1%).

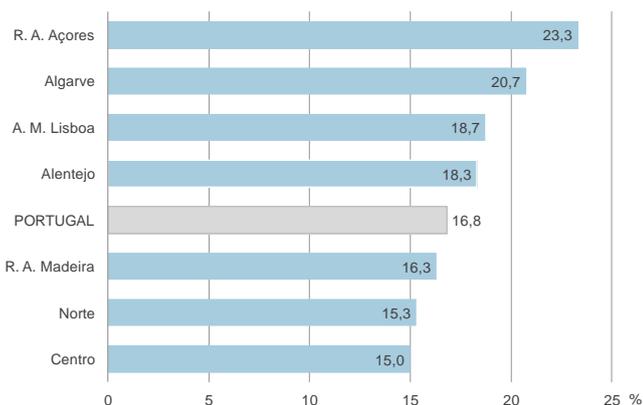
¹ A Tipologia de áreas urbanas para fins estatísticos de 2014 (TIPAU 2014) constitui uma nomenclatura territorial atualizada da intensidade de urbanização em Portugal mediante a classificação tripartida e exaustiva das freguesias do território nacional, em três categorias: Área predominantemente urbana (APU), Área mediamente urbana (AMU) e Área predominantemente rural (APR).

Proporção da população residente com 18 ou mais anos com excesso de peso ou obesidade por sexo e Tipologia de áreas urbanas, Portugal, 2014



Em 2014, 16,8% (1,5 milhões) da população residente com 15 ou mais anos referiu fumar diariamente. Em termos regionais, esta proporção era mais elevada na Região Autónoma dos Açores (23,3%), no Algarve (20,7%), na Área Metropolitana de Lisboa (18,7%) e no Alentejo (18,3%), regiões onde se verificaram valores acima da média nacional. A região do Centro (15,0%) e do Norte (15,3%), a par da Região Autónoma da Madeira (16,3%), registaram valores inferiores à média nacional.

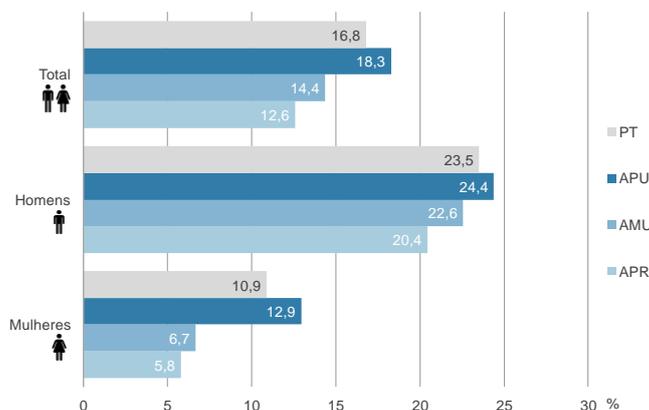
Proporção da população residente com 15 ou mais anos que fuma diariamente, Portugal e NUTS II, 2014



A estruturação da informação segundo a TIPAU, permite observar diferenças em função da intensidade de urbanização dos territórios de residência, evidenciando-se proporções mais elevadas de população com 15 ou mais anos que fuma diariamente

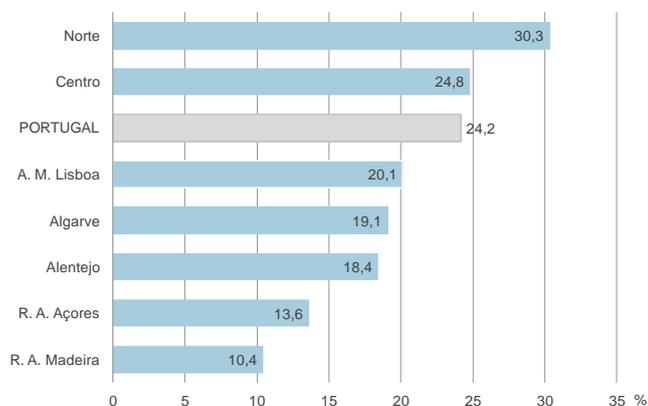
nas áreas predominantemente urbanas (18,3%), em particular no caso da população masculina (24,4%). Nas áreas predominantemente rurais e nas áreas mediantemente urbanas os valores registados para este indicador foram comparativamente mais baixos, 12,6% e 14,4%, respetivamente. Considerando a estruturação da informação por TIPAU e sexo, os valores mais baixos neste indicador verificaram-se nas áreas predominantemente rurais, em especial no caso da população feminina (5,8%).

Proporção da população residente com 15 ou mais anos que fuma diariamente por sexo e Tipologia de áreas urbanas, Portugal, 2014



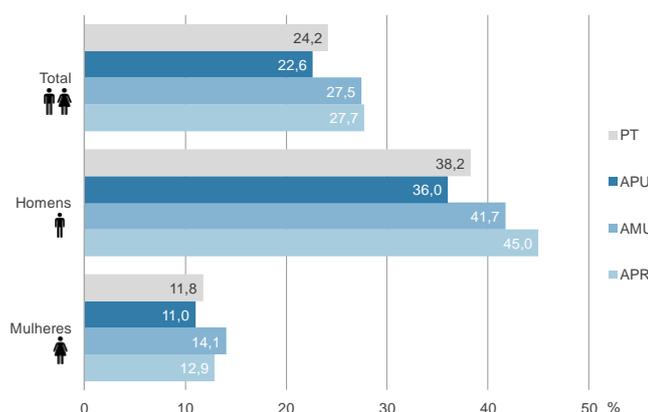
No que se refere ao consumo diário de bebidas alcoólicas, em 2014, 24,2% (2,1 milhões) da população residente com 15 ou mais anos referiu consumir diariamente este tipo de bebidas. A análise por região, destaca o valor mais expressivo deste indicador para os residentes na região Norte (30,3%) e na região Centro (24,8%), únicas regiões a apresentarem valores acima da média nacional. As regiões autónomas registaram os valores mais baixos de consumo diário de bebidas alcoólicas na população com 15 ou mais anos – 10,4% na Região Autónoma da Madeira e 13,6% na Região Autónoma dos Açores.

Proporção da população residente com 15 ou mais anos que consome bebidas alcoólicas diariamente, Portugal e NUTS II, 2014



O consumo diário de bebidas alcoólicas era mais elevado nas áreas predominantemente rurais (27,7%) e áreas mediantemente urbanas (27,5%), e em particular no caso da população masculina – 45,0% e 41,7%, respetivamente. Por outro lado, o consumo diário de bebidas alcoólicas era menor na população com 15 ou mais anos residente em áreas predominantemente urbanas, especialmente no caso da população feminina (11,0%).

Proporção da população residente com 15 ou mais anos que consome bebidas alcoólicas diariamente por sexo e Tipologia de áreas urbanas, Portugal, 2014



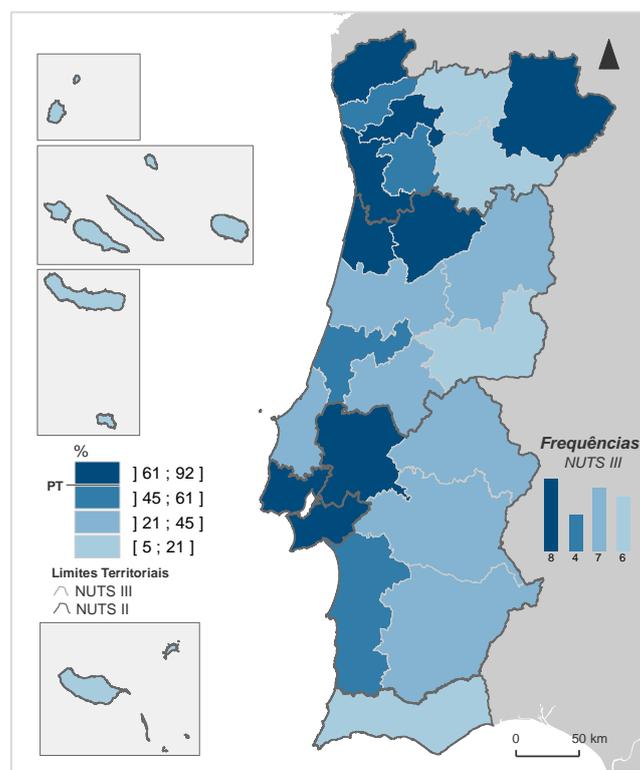
COMÉRCIO INTERNACIONAL

A informação provisória do comércio externo de bens revela, em 2015, um aumento das exportações no país (3,7%) e em todas as regiões NUTS II com exceção da Área Metropolitana de Lisboa e da Região Autónoma da Madeira.

O grau de abertura ao exterior (rácio percentual entre a soma das importações e exportações e o PIB) era, em 2015, de 61% em Portugal.

A análise sub-regional do grau de abertura mostra que em oito das 25 NUTS III do país este indicador situava-se acima do valor nacional, apresentando valores mais elevados nas sub-regiões Ave e Região de Aveiro (92% em ambas). O Algarve (5%) e as regiões autónomas (6% em ambas) apresentavam os valores menos expressivos neste indicador.

Grau de abertura ao exterior por NUTS III, 2015 Po

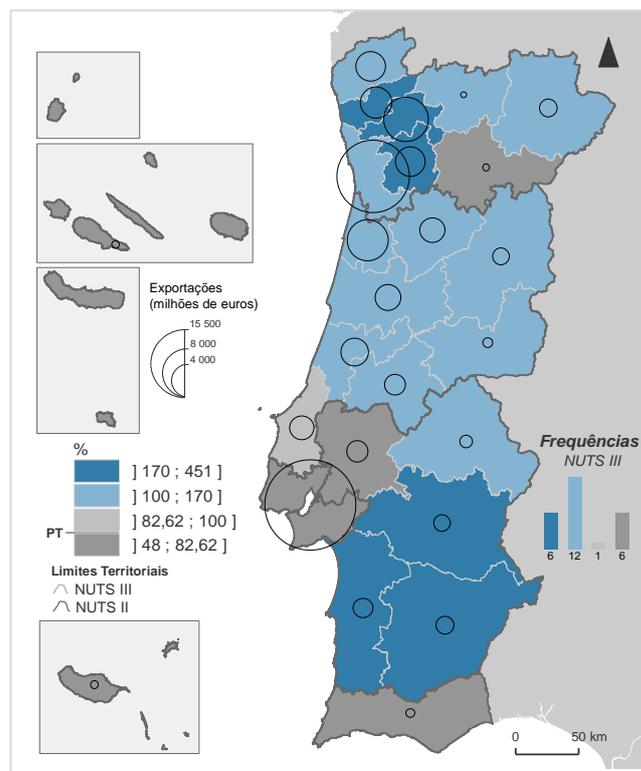


A nível nacional, entre 2014 e 2015, verificou-se um aumento da taxa de cobertura das importações pelas

exportações (de 81,40% em 2014 para 82,62% em 2015). A análise sub-regional das trocas comerciais com o estrangeiro mostra que, em 2015 (tal como em 2014), 18 das 25 NUTS III do país apresentavam taxas de cobertura acima de 100%. Entre estas sub-regiões destacavam-se em 2015 as sub-regiões Alto Minho, Terras de Trás-os-Montes, Região de Coimbra, Viseu Dão Lafões e Médio Tejo por reforçarem, face ao ano anterior, o valor das exportações relativamente ao das importações. Em 2015, evidencia-se um contínuo de sub-regiões com valores mais elevados na taxa de cobertura situadas nas regiões Norte e Alentejo: respetivamente, Tâmega e Sousa (255,4%), Ave (198,3%) e Cávado (186,9%) e Baixo Alentejo (450,3%), Alentejo Litoral (242,7%) e Alentejo Central (184,6%). Note-se, contudo, que o conjunto destas seis sub-regiões representava apenas cerca de 18% do valor das exportações nacionais em 2015.

Os operadores de comércio internacional das regiões autónomas, Área Metropolitana de Lisboa, Algarve, Lezíria do Tejo e Douro revelaram menor capacidade exportadora face ao valor das importações, o que se traduziu em taxas de cobertura abaixo da média nacional. A Área Metropolitana de Lisboa apresentava a taxa de cobertura mais baixa (48,9%) mas eram os operadores sediados nesta sub-região que mais contribuíam para o valor das exportações nacionais: 15,3 mil milhões de euros correspondendo a cerca de 31% do total de exportações do país em 2015.

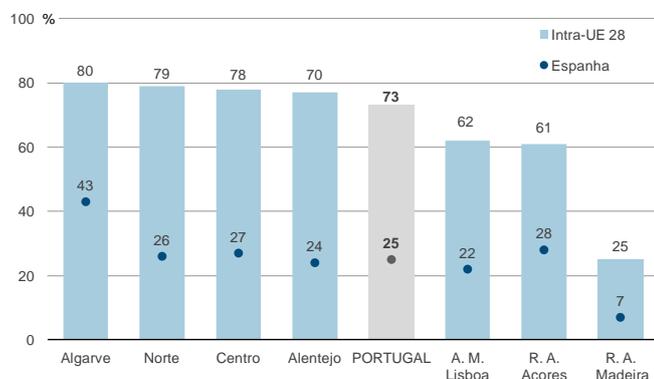
Exportações e taxa de cobertura das importações pelas exportações, por NUTS III, 2015 Po



Em Portugal, cerca de 73% das exportações destinavam-se a outros países da UE28, verificando-se que um quarto das exportações se destinava a Espanha. Os operadores sediados nas regiões do Algarve, do Norte e do Centro apresentavam, simultaneamente, uma maior dependência do mercado intracomunitário (respetivamente, 80%, 79% e 78% das exportações regionais) e também uma proporção de exportações para Espanha acima do valor médio nacional (43% no Algarve, 26% no Norte e 27% no Centro).

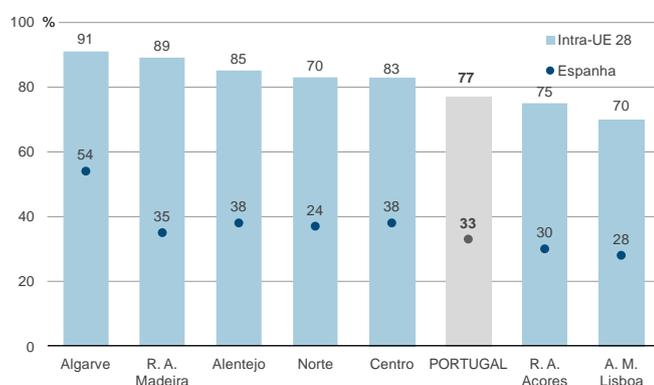
Na Região Autónoma da Madeira registou-se a menor proporção de exportações intracomunitárias (25%) e também a menor importância do mercado espanhol (7% das exportações regionais).

Proporção das exportações intra-UE (UE28) e das exportações para Espanha no total das exportações, Portugal e NUTS II, 2015 Po



A dependência da economia portuguesa face ao mercado intracomunitário era maior no caso das importações do que das exportações. Ao nível nacional, cerca de 77% das importações era proveniente dos 28 países da União Europeia e cerca de um terço tinha origem em Espanha. Mais de 90% das importações registadas pelos operadores situados no Algarve era proveniente da União Europeia (mais de metade provinham de Espanha). Apenas na Área Metropolitana de Lisboa e na Região Autónoma dos Açores se registou uma proporção de importações intra-UE28 abaixo do valor médio nacional.

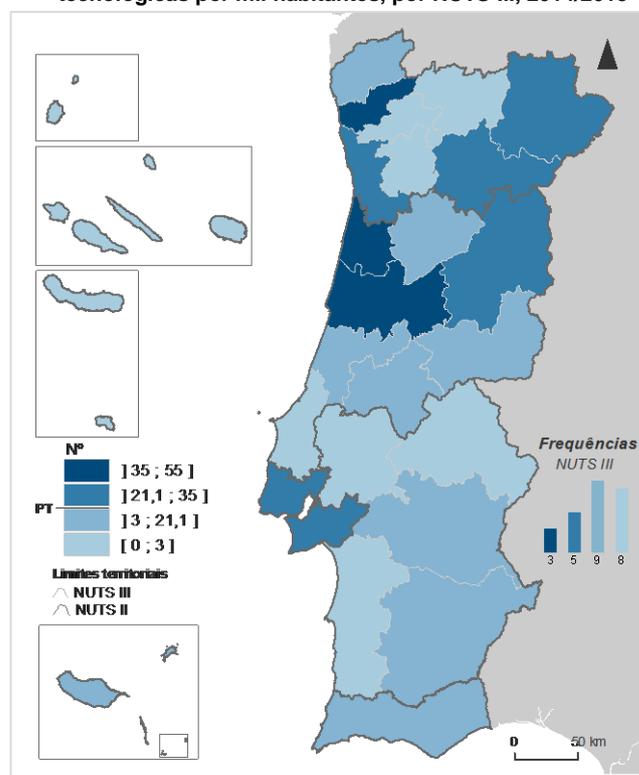
Proporção das importações intra-UE (UE28) e das importações provenientes de Espanha no total das importações, Portugal e NUTS II, 2015 Po



CIÊNCIA E TECNOLOGIA

No ano letivo 2014/2015, o número de diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas em Portugal foi de 21,1 por mil habitantes dos 20 aos 29 anos. A Área Metropolitana de Lisboa (28,9) e o Centro (23,6) foram as regiões que registaram valores mais elevados neste indicador. Ao nível das regiões NUTS III, evidenciavam-se a Região de Coimbra (54,2) a Região de Aveiro (42,5) e o Cávado (41).

Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes, por NUTS III, 2014/2015

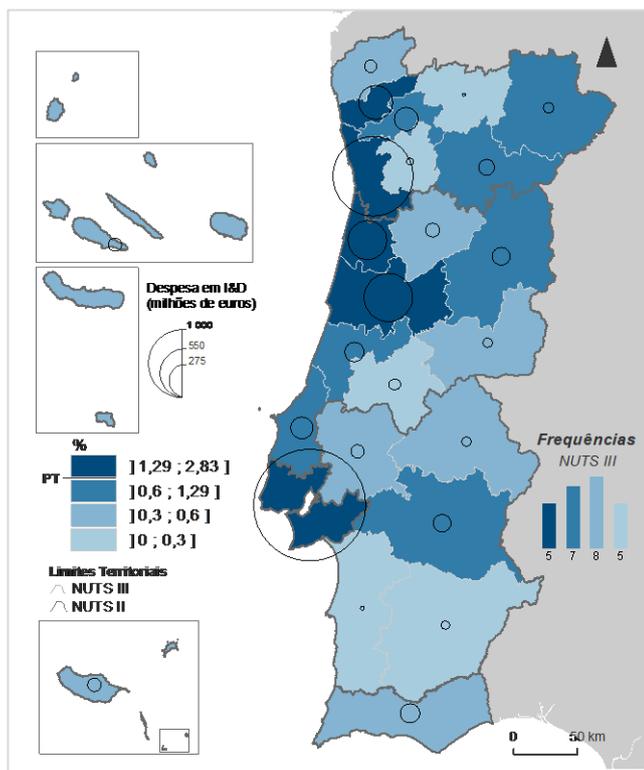


Em 2014, a despesa em I&D ao nível nacional foi de cerca de 2 232 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 1,2% face ao ano anterior. Cerca de 45% da despesa nacional registou-se na Área Metropolitana de Lisboa, seguindo-se a Área Metropolitana do Porto com cerca de 23%.

Em Portugal, a importância da despesa em I&D no PIB foi de 1,29%. Em duas das 25 sub-regiões NUTS III portuguesas aquela proporção ultrapassava 2%: Região de Coimbra (2,82%) e Região de Aveiro (2,15%). Na

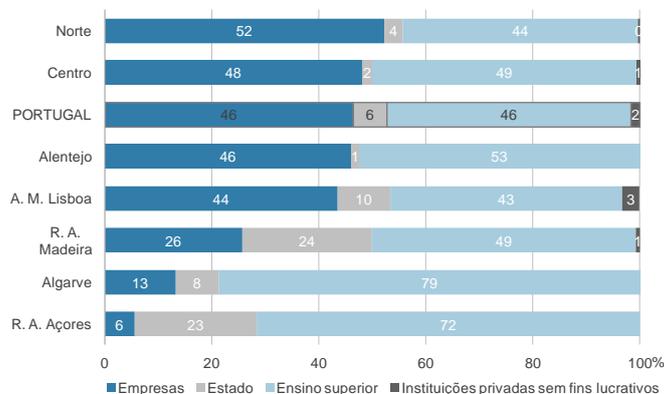
região Norte evidenciavam-se as sub-regiões Área Metropolitana do Porto (1,85%) e Cávado (1,64%) com valores acima da média nacional.

Despesa em I&D e proporção no PIB, por NUTS III, 2014



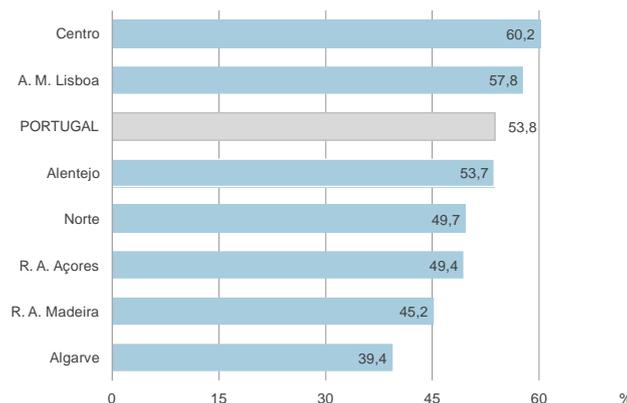
No conjunto nacional, as empresas e o ensino superior constituíam os setores de execução de despesa em I&D mais relevante (46% em ambos os casos). A distribuição da despesa em I&D era distinta ao nível das regiões NUTS II. Assim, destaca-se a importância que as empresas assumiam no Norte (52%) e no Centro (48%); sublinha-se a importância que o ensino superior assumia no Algarve (79%) e na Região Autónoma dos Açores (72%); bem como a importância que o Estado assumia nas regiões autónomas (cerca de um quarto da despesa em I&D regional).

Repartição da despesa em I&D por setor de execução, Portugal e NUTS II, 2014



O inquérito comunitário à inovação (CIS) revelou que, no período 2012-2014, cerca de 53,8% das empresas em Portugal desenvolveram atividades de inovação. A proporção de empresas com atividades de inovação era mais elevada na região do Centro (60,2%) e na Área Metropolitana de Lisboa (57,8%), superando o valor médio nacional. O Algarve era a região com menor proporção de empresas com atividades de inovação naquele período.

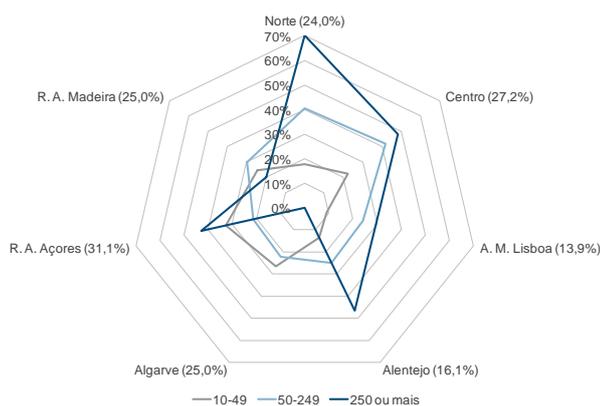
Proporção de empresas com atividades de inovação, Portugal e NUTS II, 2012-2014



Cerca de 22% das empresas em Portugal obteve financiamento público para a inovação, no período 2012-2014. A Região Autónoma dos Açores e o Centro eram as regiões em que esta proporção era mais relevante (31,1% e 27,2%, respetivamente).

A análise das empresas com financiamento público para a inovação por escalão de pessoal ao serviço revela que em Portugal e em todas as regiões, exceto no Algarve e na Região Autónoma da Madeira, o financiamento público tinha mais expressão nas empresas de maior dimensão (250 ou mais pessoas ao serviço). No Algarve, o financiamento público para a inovação era superior (26,6%) nas pequenas empresas (10 a 49 pessoas ao serviço) e na Região Autónoma da Madeira esta proporção era mais expressiva nas empresas de média dimensão (50 a 249 pessoas ao serviço).

Proporção de empresas com financiamento público para a inovação, segundo o escalão de pessoal da empresa, por NUTS II, 2012-2014



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL

Em 2015, a receita das câmaras municipais proveniente de operações não financeiras foi superior à despesa, registando um saldo positivo de cerca de 731 milhões de euros. Todas as sub-regiões NUTS III apresentaram um rácio entre a receita e a despesa superior a 100%, destacando-se a região do Algarve (120,9%) e a Região de Leiria (119,6%).

Em 2015, 41,2% da receita de operações não financeiras das câmaras municipais era proveniente de impostos² e 26,1% de transferências recebidas do

Estado através de fundos municipais. As regiões NUTS II que mais se destacaram por terem um peso mais significativo dos impostos no total da receita foram a Área Metropolitana de Lisboa (61,0%) e o Algarve (54,5%). Por outro lado, os fundos municipais representaram a maior parcela da receita das operações não financeiras na Região Autónoma dos Açores (51,8%), na região do Alentejo (47,3%) e na região Centro (36,2%).

Em 2015, em 83 dos 308 municípios, a receita própria³ representava mais de 50% da receita total das operações não financeiras. As câmaras municipais que apresentaram um maior peso da receita própria no total da receita evidenciando, assim, um maior grau de independência financeira, pertenciam aos municípios de Lisboa (93,4%), de Portimão (91,4%) e de Albufeira (89,5%).

A análise territorial permite destacar os municípios do Litoral do Continente com proporções mais elevadas neste indicador, numa faixa de Caminha a Setúbal, que evidencia também os dois territórios metropolitanos centrados em Lisboa e no Porto, e na maioria dos municípios da região do Algarve.

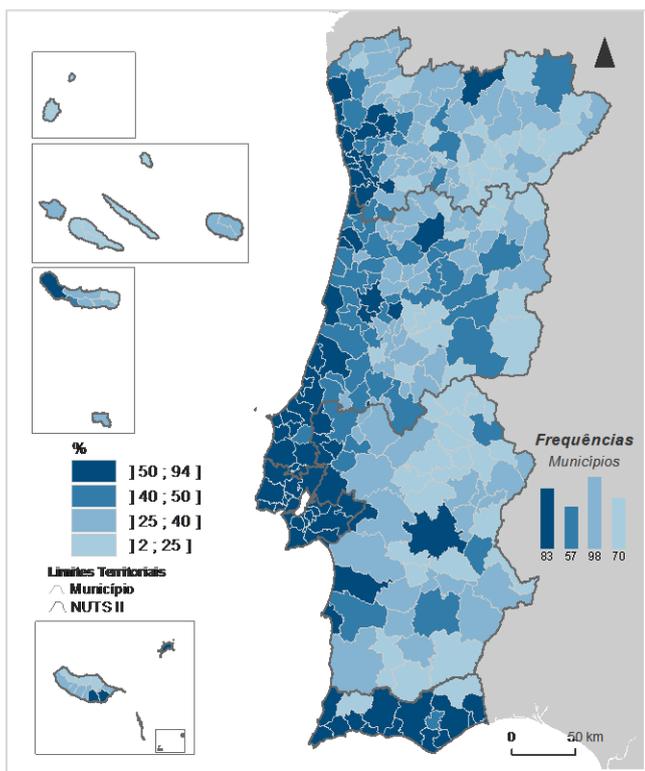
Na ilha da Madeira era visível um contraste entre os municípios do norte e do sul, observando-se um maior peso da receita própria no total da receita no sul. Na Região Autónoma dos Açores apenas no município de Ponta Delgada a receita própria representava mais de metade do valor total da receita (50,2%).

Imóveis (IMI), Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Derrama.

³ A receita própria engloba a receita proveniente de impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, vendas de bens e serviços correntes, outras receitas correntes, vendas de bens de investimento, ativos financeiros, outras receitas de capital e reposições não abatidas nos pagamentos.

² Para este indicador foram considerados os seguintes impostos: Imposto Único de Circulação (IUC), Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), Imposto Municipal sobre Anuários Estatísticos Regionais - 2015

Receita própria no total de receita das câmaras municipais, por município, 2015



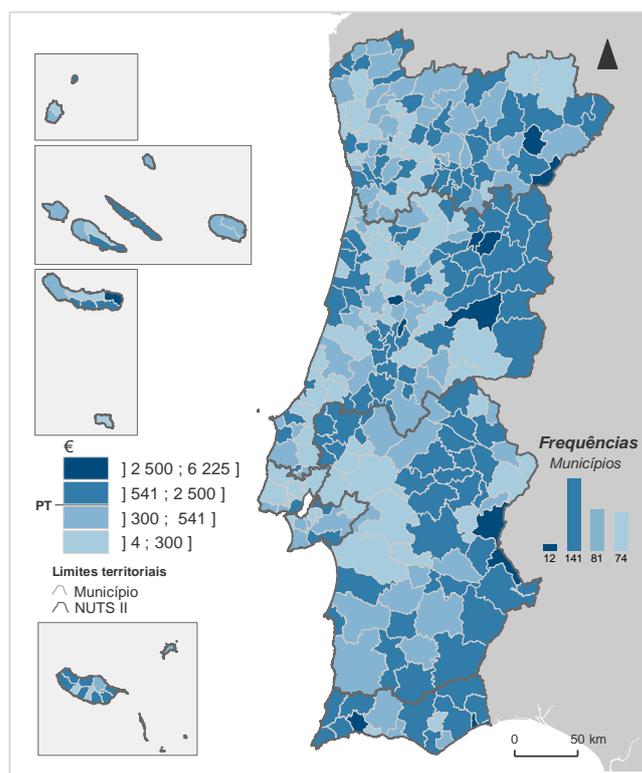
A principal despesa das câmaras municipais portuguesas em 2015 consistiu na despesa com pessoal (34,1%). A despesa com o pessoal apresentou um peso mais significativo, representando mais de 40% da despesa total das operações não financeiras realizada pelas câmaras municipais nas seguintes sub-regiões NUTS III: Alentejo Litoral (42,1%), Alentejo Central (41,0%) e Região Autónoma da Madeira (40,2%). No outro extremo, apresentando um peso mais diminuto desta rubrica no total da despesa encontravam-se as NUTS III Beira Baixa (24,1%), Região de Leiria (25,7%) e Região de Aveiro (27,7%).

Em 2015, a despesa em aquisição de bens de capital (que traduz o investimento realizado) correspondeu a 18,1% do total da despesa das operações não financeiras das câmaras municipais. Em 16 das 25 sub-regiões, a importância da aquisição de bens de capital no total da despesa das operações não financeiras das câmaras municipais foi superior à média nacional, Anuários Estatísticos Regionais - 2015

destacando-se a Região de Aveiro (28,4%) e o Douro (28,3%).

A dívida a terceiros das câmaras municipais, em 2015, foi cerca de 5 594 milhões de euros, o que se traduziu num valor médio de 541 euros por habitante. Ao nível regional, apenas em duas regiões NUTS II a dívida por habitante registou valores inferiores à média nacional: Área Metropolitana de Lisboa (473 euros por habitante) e região Norte (476 euros por habitante). Na região do Algarve o valor da dívida por habitante (1 016 euros) quase duplicava o valor médio nacional.

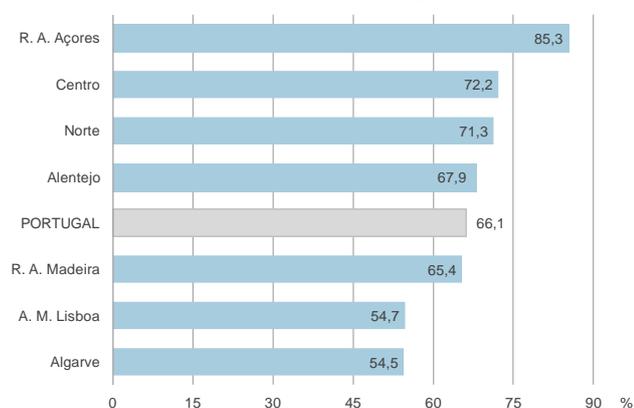
Dívida por habitante das câmaras municipais, por município, 2015



Ao nível municipal, em 153 dos 308 municípios, a dívida por habitante foi superior à média nacional. Os valores mais elevados deste indicador registaram-se maioritariamente em municípios do Interior do Continente, destacando-se os municípios de Fornos de Algodres (6 221 euros), Alfândega da Fé (4 247 euros) e Freixo de Espada à Cinta (4 183 euros).

Em 2015, a dívida bancária das câmaras municipais foi cerca de 3 719 milhões de euros, correspondendo a 66,5% do total da dívida a terceiros. Ao nível nacional, a dívida bancária de médio e longo prazo representava 66,1% do total da dívida das câmaras municipais. As regiões NUTS II que apresentaram um maior peso da dívida bancária de médio e longo prazo no total da dívida foram a Região Autónoma dos Açores (85,3%), o Centro (72,2%) e o Norte (71,3%).

Dívida bancária de médio e longo prazo no total da dívida a terceiros das câmaras municipais, Portugal e NUTS II, 2015



PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A taxa de abstenção em Portugal na eleição para a Presidência da República, realizada a 24 de janeiro de 2016, foi de 51,3%, tendo sido inferior ao valor registado em 2011 (53,5%).

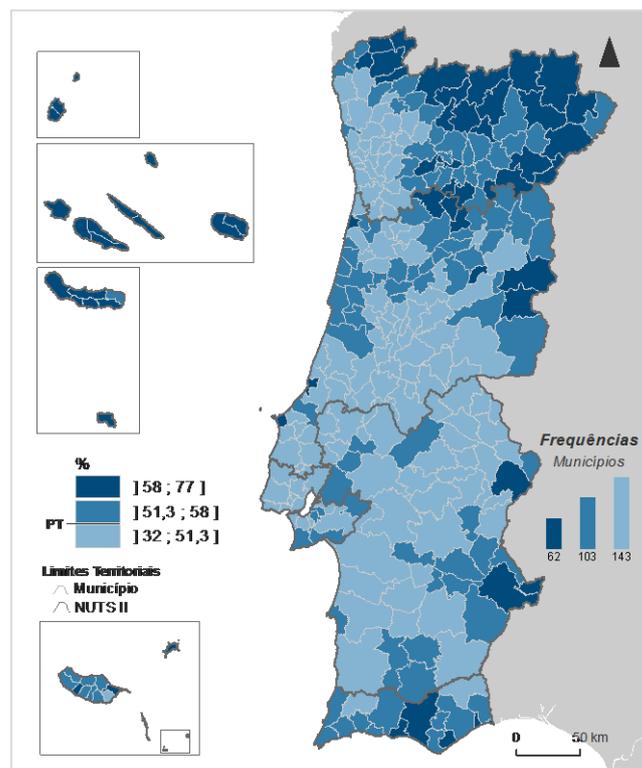
A Região Autónoma dos Açores apresentou a taxa de abstenção mais elevada (69,1%), seguida do Algarve (55,7%) e da Região Autónoma da Madeira (54,5%), regiões onde se verificaram taxas de abstenção superiores à média nacional. A Área Metropolitana de Lisboa e a região Norte registaram os maiores níveis de participação eleitoral, com taxas de abstenção de 47,2% e 48,9%, respetivamente.

A análise ao nível das sub-regiões NUTS III, evidencia maiores contrastes na região Norte, onde se localizam as duas sub-regiões NUTS III com taxas de abstenção

mais elevadas (Alto Tâmega, com 62,0%, e Terras de Trás-os-Montes, com 59,8%) e, simultaneamente, as duas NUTS III com taxas mais baixas (Cávado, com 46,0%, e Área Metropolitana do Porto, com 46,3%). Na região Centro e na região Alentejo, as diferenças de abstenção eleitoral entre as respetivas NUTS III foram menos expressivas.

Os municípios com taxas de abstenção mais elevadas situavam-se, na maior parte, na Região Autónoma dos Açores, em particular Vila Franca do Campo, Ribeira Grande, Lagoa e Vila do Porto (municípios com valores acima de 72%), para além de alguns municípios da região Norte: Melgaço (71,0%), Ribeira de Pena (67,2%), Montalegre (67,0%) e Vimioso (66,0%). Por outro lado, os municípios com maior participação eleitoral pertenciam à região Centro (Vila de Rei, Sardoal e Mação) e Algarve (Monchique), com uma taxa de abstenção inferior a 40%.

Taxa de abstenção na eleição para a Presidência da República, 2016



>> **NOTA TÉCNICA**

A informação dos Anuários Estatísticos Regionais é disponibilizada através de sete publicações autónomas correspondentes a cada região NUTS II: Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores (da responsabilidade do SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores) e Região Autónoma da Madeira (da responsabilidade da DREM – Direção Regional de Estatística da Madeira).

As publicações disponibilizam mais de 200 quadros, organizados em quatro capítulos – *O Território, A Atividade Económica, As Pessoas e O Estado* – que abrangem 26 subcapítulos relativos às diversas áreas temáticas. No início de cada subcapítulo, fornece-se um conjunto de indicadores de síntese, visando a comparação do posicionamento relativo das diferentes unidades territoriais no contexto dos fenómenos retratados. Os quadros de informação encontram-se em formato bilingue (português e inglês) e disponibilizam as hiperligações para os indicadores da Base de Dados *on-line* do Portal de Estatísticas Oficiais (www.ine.pt), permitindo o acesso à série retrospectiva dos dados e a outra informação complementar, incluindo metainformação.

A partir desta edição, está disponível em [Dossiês temáticos – Municípios](#) um conjunto de ficheiros XLSX e CSV que contém a informação integrada dos quadros publicados para as sete regiões.

A edição de 2016 dos Anuários Estatísticos Regionais baseia-se na Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2013). As NUTS 2013 portuguesas foram estabelecidas pelo Regulamento Europeu n.º 868/2014 e a sua aplicação no Sistema Estatístico Europeu e Nacional iniciou-se a 1 de janeiro de 2015. De acordo com esta nova versão, as NUTS II e I portuguesas não sofreram qualquer alteração, com exceção da designação da NUTS II “Lisboa” para “Área Metropolitana de Lisboa”. As NUTS III portuguesas reduziram-se de 30 para 25 unidades territoriais e passaram a constituir unidades administrativas com delimitação coincidente com as “Entidades Intermunicipais” no Continente, com a “Região Autónoma dos Açores” e com a “Região Autónoma da Madeira”. A divisão administrativa ao nível do município – unidade de referência para a maioria da informação disponibilizada –, refere-se ao enquadramento decorrente da reforma administrativa (que entrou em vigor a 30 de setembro de 2013).

Uma vez que a informação disponibilizada nos Anuários Estatísticos Regionais decorre de um vasto leque de operações estatísticas e fontes administrativas, o período de referência não é homogéneo ao longo de toda a publicação. Contudo, o período de referência dos indicadores apresentados é, na sua maioria, referente ao ano de 2015.